

PROCESSO - A. I. Nº 088299.0008/03-2
RECORRENTE - MAM CONFECÇÕES LTDA. (MAM PRONTA ENTREGA)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão JJF nº 0235-02/04
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 23/03/2006

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0086-12/06

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, I, do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra Decisão que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 30/12/2003, para exigir R\$1.598,60 de ICMS, mais multa, em decorrência de:

1. Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares, no valor de R\$600,00, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), nos meses de junho a novembro de 1999.
2. Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares, no valor de R\$998,60, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia). Imposto devido sobre o estoque final em 28/02/2000.

A 2ª JJF, em conformidade com o Acórdão nº 0235-02/04 decidiu pela Procedência do Auto de Infração.

O recorrente apresenta Recurso Voluntário, fls. 72 a 74, vindo posteriormente a se manifestar pelo reconhecimento integral do débito e conseqüente desistência da defesa apresentada, conforme requerimento formal, devidamente protocolado, de acordo com os benefícios auferidos através da Lei nº 9.650 de 02 de setembro de 2005, conforme documentos anexados aos autos, fls. 93 a 99, gerados pelo SIDAT que confirmam a efetivação do pagamento.

VOTO

Inicialmente o contribuinte ingressou com o Recurso Voluntário insurgindo-se quanto a manutenção da infração 2.

Posteriormente, o recorrente reconhece a existência do débito indicado no Auto de Infração e efetua o respectivo pagamento integral. Desta forma, desistiu da peça recursal apresentada na instância administrativa, tornando-a, portanto, ineficaz, em face do disposto no art. 122, inciso IV, do RPAF/BA.

Comprovado o pagamento integral do débito, conforme fls. 93 a 99, assim considero **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário com a **EXTINÇÃO** do PAF, devendo o mesmo ser encaminhado ao setor competente para as devidas providências legais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo fiscal referente ao Auto de Infração nº **088299.0008/03-2**, lavrado contra **MAM CONFECÇÕES LTDA. (MAM PRONTA ENTREGA)**, devendo os autos ser encaminhado à INFAZ de origem para as providências pertinentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de fevereiro de 2006.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS